



Leonardo Carneiro Assumpção Vieira

**MERCIMENTO NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
Concurso Público, Avaliação de Desempenho
e Política Pública de Pessoal

Área específica

Direito Administrativo – Servidores Públicos

Áreas afins

Direito Constitucional, Direito Processual,
Administração Pública, Sociologia, Filosofia.

Público-alvo/consumidores da obra

Servidores públicos, órgãos de gestão de
pessoal, candidatos em concursos públicos,
advogados, estudantes de direito (em nível
de graduação e pós).

ISBN 978-85-7700-436-2

Formato 17x24 cm
240 páginas

Destinado a operadores do direito, servidores de órgãos de gestão de pessoal e interessados em ciências sociais, o presente livro resgata o sentido ético do merecimento e seu papel na garantia dos direitos dos cidadãos e dos servidores públicos.

Entre outros temas atuais, a obra aborda a Súmula Vinculante nº 13, a preterição de candidatos e o direito à nomeação, a estabilidade dos agentes públicos, a terceirização, a avaliação de desempenho e o controle da política pública de pessoal.

Leonardo Carneiro Assumpção Vieira é Mestre em Direito Administrativo pela UFMG. Professor universitário. Advogado militante. Vice-Presidente da Comissão Especial de Precatórios da OAB-MG.

“*Merecimento na Administração Pública*, da lavra do ilustre Professor Leonardo Carneiro Assumpção Vieira, cuida do tema com detalhe e profundidade, sem perder a clareza e a objetividade na expressão das ideias, o que torna leve e agradável a tarefa de assimilação do texto.

Na primeira parte — *Merecimento e Sociedade* — o autor trata dos fundamentos da ideologia do mérito, suas origens e contextualização social, econômica e política. Diferentes sistemas meritocráticos e suas matrizes europeias são ali abordados, ensejando ao leitor a visão comparativa, relevante para o aprofundamento crítico na matéria. Como seria esperável, especial atenção é conferida ao desenvolvimento histórico do tema no contexto brasileiro, ao qual se dedica todo o capítulo 5.

A segunda parte — *Merecimento e Direito* — inicia-se com o trato do tema sob a perspectiva da Teoria da Justiça, passando-se à análise do conteúdo jurídico do mérito, com destaque para diversas questões selecionadas pelo autor, dentre as mais relevantes nessa seara, em torno do concurso público, da avaliação de desempenho e da política pública de pessoal.

Não se pode deixar de registrar que, na elaboração do texto, o autor contou com a orientação de dois grandes luminares do Direito Administrativo: o saudoso Prof. Paulo Neves de Carvalho e, posteriormente, a Profa. Maria Coeli Simões Pires. A interlocução do talento do autor com as lições de tão brilhantes orientadores não poderia ter outro resultado senão aquele que o leitor comprovará ao examinar o texto: a de que mais uma importante contribuição está lançada para a efetivação dos já mencionados princípios e regras constitucionais que objetivam resguardar o mérito e a isonomia como referências fundamentais no preenchimento dos postos de trabalho e no desenvolvimento profissional no âmbito da função pública.”

Florivaldo Dutra de Araújo

Professor Adjunto de Direito Administrativo na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais.

SUMÁRIO DO LIVRO

PREFÁCIO

Florivaldo Dutra de Araújo

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

- 1.1 O merecimento como objeto de estudo jurídico
- 1.2 Algumas notas sobre o livro

PARTE I

MERECIMENTO E SOCIEDADE

CAPÍTULO 2

O CAPITALISMO INDUSTRIAL E O SURGIMENTO DA MODERNA NOÇÃO DE MERECIMENTO NA ORDEM BURGUESA EUROPEIA

- 2.1 O espírito do capitalismo
- 2.2 O papel da identidade burguesa na formação de seus valores
- 2.3 O trabalho e o merecimento na ordem burguesa iluminista

CAPÍTULO 3

A IDEOLOGIA DO MERECIMENTO NA MODERNIDADE

- 3.1 Mobilidade social e o princípio da igualdade de oportunidades

- 3.2 O merecimento e a pretensão de objetividade racional

- 3.2.1 Foucault e a genealogia do merecimento objetivo
- 3.2.2 Os títulos e exames acadêmicos e a apropriação burocrática destes

- 3.3 Divisão do trabalho

CAPÍTULO 4

MATRIZES DE APROPRIAÇÃO DO MERECIMENTO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 4.1 O merecimento na civilização oriental antiga
- 4.2 As matrizes europeias do merecimento na função pública
 - 4.2.1 O sistema alemão: seleção por etapas e recrutamento livre
 - 4.2.2 O sistema francês: concursos, escolas e *notation*
 - 4.2.3 O sistema inglês: recrutamento por uma comissão independente
 - 4.2.4 Países Baixos e Dinamarca: a inexistência de procedimentos objetivos

CAPÍTULO 5

SOCIEDADE, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E MERECIMENTO NO BRASIL

- 5.1 Do mercador ao fidalgo burocrata: estamento e expansão ultramarina
 - 5.1.1 Patrimonialismo e Direito Administrativo de influência romanística na expansão ultramarina portuguesa
 - 5.1.2 O estamento burocrático

- 5.1.3 Estamento e estagnação
- 5.2 Merecimento no Brasil colonial
- 5.3 A sociedade, as instituições e o merecimento, do Império à República Velha
 - 5.3.1 Da transmigração à Constituição liberal de 1824
 - 5.3.2 O merecimento no sistema ideológico do Império e da República Velha
 - 5.3.3 O merecimento nas primeiras linhas do Direito Administrativo brasileiro
- 5.4 De Vargas às vésperas da Constituição de 1988
 - 5.4.1 A industrialização e o esforço burocratizante do Estado Novo
 - 5.4.2 Reformas administrativas e merecimento no período 1946 a 1988
- 5.5 A Carta Cidadã de 1988 e a revalorização do sistema de merecimento
 - 5.5.1 A década de 1990
 - 5.5.2 A reforma frustrada de Fernando Collor
 - 5.5.3 A reforma administrativa no período Fernando Henrique
 - 5.5.3.1 Merecimento e gestão de pessoal na Emenda nº 19/98
 - 5.5.4 A política de pessoal a partir de 2003
 - 5.6 Elementos para a (re)valorização do merecimento na política pública da função pública
- 5.7 Desigualdade social e a quimérica desigualdade de oportunidades: velho desafio à legitimidade do merecimento no Estado brasileiro

PARTE II MERECEMENTO E DIREITO

CAPÍTULO 6

O MERECEMENTO NA TEORIA DA JUSTIÇA

- 6.1 Um libelo a favor do merecimento e contra a meritocracia
- 6.2 Merecimento e igualitarismo na teoria da Justiça
 - 6.2.1 Os cargos públicos e os limites da pretensão universalista do merecimento
 - 6.2.2 Os cargos públicos na teoria da igualdade complexa

CAPÍTULO 7

O CONTEÚDO JURÍDICO DO PRINCÍPIO DO MERECEMENTO

- 7.1 A noção jurídica de merecimento
 - 7.1.2 Do merecimento valor ao merecimento norma no sistema jurídico brasileiro
- 7.2 As duas vertentes, na função pública, do princípio do merecimento
 - 7.2.1 O princípio do merecimento objetivo no provimento de cargos públicos
 - 7.2.2 O princípio do merecimento no desempenho dos cargos públicos

CAPÍTULO 8

O MERECEMENTO NO DIREITO BRASILEIRO DA FUNÇÃO PÚBLICA: QUESTÕES SALIENTES

- 8.1 O concurso público e o princípio do merecimento objetivo

- 8.1.1 As exceções ao concurso público no regime constitucional
- 8.1.2 Modalidades de provas em concurso público, títulos e a apuração do merecimento
- 8.1.3 Da terceirização à subversão do mercado e do merecimento
- 8.1.4 Cotas em concursos públicos e acessibilidade específica
- 8.1.5 A abordagem do nepotismo pela Resolução CNJ nº 7 e pela Súmula Vinculante nº 13
 - 8.1.5.1 As Resoluções nºs 7 e 20 do Conselho Nacional de Justiça
 - 8.1.5.2 Sobre a Súmula Vinculante nº 13: precedentes, comentários e jurisprudência
- 8.1.6 A preterição de candidato e o direito subjetivo à nomeação
 - 8.1.6.1 Preterição de candidato como hipótese de desvio de poder e a natureza do direito subjetivo à nomeação
 - 8.1.6.2 As hipóteses caracterizadoras da preterição na jurisprudência dos tribunais superiores
- 8.2 A avaliação de desempenho e o princípio do merecimento objetivo
 - 8.2.1 Preliminar conceitual: merecimento, vínculos funcionais e a teoria da estabilidade gradual na função pública
 - 8.2.2 O desafio da avaliação de desempenho: o enquadramento procedimental constitucional da Ciência da Administração
 - 8.2.2.1 Limites e condições de transposição para a Administração Pública dos modelos de avaliação de desempenho
 - 8.2.3 Notas sobre a avaliação especial de desempenho
 - 8.2.4 Notas sobre a avaliação periódica de desempenho

CAPÍTULO 9

O MERECEMENTO FUNCIONAL E SEU CONTROLE JUDICIAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

- 9.1 O merecimento na perspectiva dos direitos metaindividuais
 - 9.2 Política pública, merecimento e Direito
 - 9.2.1 Função pública e política pública; atividades-fim e atividades-meio
 - 9.3 Políticas públicas e o controle judicial da Administração Pública
 - 9.3.1 Controle judicial na perspectiva da política pública
 - 9.3.2 Controle judicial da política pública da função pública
 - 9.3.2.1 Os termos de ajustamento de conduta no contexto do controle da política pública da função pública

REFERÊNCIAS